

Acta nº. 1/2010

Aos vinte dias do mês de Março do ano de 2010, pelas catorze horas e trinta minutos, na sede de Inválidos do Comércio, sita na Rua Alexandre Ferreira nº. 48-A, Lisboa, reuniu em segunda convocação a Assembleia Geral dos associados, tendo a respectiva Mesa sido composta por Bruno Rôlo, como presidente, Alfredo Abrantes, como 1.º secretário, e Regina Martins, como 2.ª secretária, ambos suplentes cooptados pela Mesa devido à ausência justificada dos secretários efectivos.

A iniciar a reunião encontravam-se presentes 146 associados.

A **Ordem de trabalhos** foi a seguinte:

Ponto 1- *Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2009.*

Ponto 2- *Alteração dos Art.ºs. 4.º, 5.º, 13.º e Capítulo VI, Secção II (Disposições Transitórias) dos estatutos aprovados em 30 de Junho de 2007.*

Ponto 3- *Prorrogação do prazo para assinatura do contrato para alienação do espaço da antiga Casa de Repouso Possidónio da Silva.*

Ponto 4- *Autorização para aquisição para aquisição de um Lar no Concelho do Cartaxo.*

O associado Manuel Figueiredo entregou um requerimento em que propunha um voto de confiança à Mesa para que a acta elaborada fosse considerada aprovada sem necessidade de ser presente a nova assembleia.

A proposta foi de imediato submetida à votação, tendo sido aprovada por 125 votos a favor e 4 contra, não havendo abstenções, em 146 presenças.

No período Antes da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa, Bruno Rôlo, concedeu uma intervenção ao sócio nº. 2619, José Trindade, no sentido de questionar a Direcção sobre o valor decidido para a venda do Hotel Portugal, sendo que a resposta do Presidente da Direcção apontou o valor de dois milhões de euros para a venda em hasta pública, apesar da avaliação feita apontar inicialmente apenas os 900 mil euros.

A iniciar o **ponto 1 da Ordem de Trabalhos**, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção, Vítor Damião, para que explicitasse o que considerasse de maior importância no **Relatório e Contas de 2009**, distribuído a todos os presentes em suporte de papel.

O Presidente, dirigindo-se à Assembleia, congratulou-se pela afluência de residentes e associados, tendo em seguida explicado com bastante detalhe e pela respectiva ordem apresentada no documento as principais actividades realizadas no ano anterior, bem como pormenores sobre a gestão corrente e a situação financeira da Instituição. Aproveitou ainda a ocasião para adiantar algumas informações sobre os projectos de curto prazo, nomeadamente sobre o provável início da obra de construção da creche no mês de Abril, a futura instalação de painéis solares ao abrigo de um protocolo de financiamento no qual o custo de cerca de 300 mil euros será suportado em apenas um terço pela Instituição e também sobre a construção da 5.ª fase com a remodelação da área do bar, que terá a duração prevista de aproximadamente 4 anos.

Terminada a intervenção do Presidente da Direcção foram abertas inscrições para os associados se pronunciarem sobre o documento em discussão.

Foi dada a palavra ao primeiro inscrito, Rafael Prata, que alertou a Direcção para um erro no gráfico da página 38 relativo à coluna dos Custos de 2008.

O associado n.º 20310, José Manuel Barrêto interveio a seguir, destacando a redução do endividamento e referiu ainda que o Relatório e Contas de IC apresentado lhe tinha agradado dando, por isso, os parabéns à Direcção.

O Presidente da Mesa passou à votação do Relatório, Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2009, tendo este sido aprovado por 162 votos a favor, nenhum voto contra, e uma abstenção, em 172 presenças num total de 177 inscritos.

Passou-se de imediato à análise do **ponto 2 da OT**, tendo o Presidente da Mesa informado a Assembleia acerca da prévia consulta efectuada pela Direcção e das explicações prestadas, resultando assim a sua total concordância com a proposta de alteração apresentada.

Dada a palavra ao Presidente da Direcção, este prestou esclarecimentos sucintos sobre as alterações, sendo em seguida abertas inscrições para intervenções.

Tomou a palavra o associado Abel Santos questionando a legitimidade de serem aprovadas alterações aos estatutos de 2007 que ainda não foram publicados, aguardando o parecer da Segurança Social.

O Presidente da Mesa esclareceu desde logo que, no seu entendimento, os Estatutos aprovados em 2007 entraram imediatamente em vigor, independentemente do parecer e da publicação oficial, porque a Assembleia Geral é sempre soberana nas suas decisões. De seguida deu a palavra ao Presidente da Direcção que, concordando com a intervenção da Mesa, acrescentou a expectativa de que a publicação e o parecer sejam já relativos aos novos estatutos com as alterações agora propostas.

Não havendo mais inscrições passou-se à votação individual de cada artigo a alterar, com os seguintes resultados: - **Artigo 4º**, alteração aprovada com 143 votos a favor, nenhum voto contra e 1 abstenção, em 171 presenças; - **Artigo 5º**, alteração aprovada com 163 votos a favor, nenhum voto contra e 1 abstenção, em 171 presenças; - **Artigo 13º**, alteração aprovada com 160 votos a favor, nenhum voto contra e 1 abstenção, em 171 presenças; - **Capítulo VI, Secção II (Disposições Transitórias), Artigo 58º**, alteração aprovada com 155 votos a favor, nenhum voto contra e 1 abstenção, em 171 presenças.

Seguidamente passou-se ao **ponto 3 da OT**, tomando a palavra o Presidente da Direcção para esclarecer que esta prorrogação de prazo seria válida por cerca de um ano, até ao final do mandato desta Direcção, de modo a poder prolongar as negociações contratuais sem precipitações e acautelando devidamente os superiores interesses da Instituição. Não tendo inscrições para pedidos de esclarecimentos, a Mesa submeteu a Proposta n.º 1/2010 à votação, tendo sido aprovada com 160 votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção, em 171 presenças.

Entrou-se depois no **ponto 4 da OT**, tomando novamente a palavra o Presidente da Direcção no sentido de transmitir à Assembleia as razões da proposta apresentada. Informou ainda que, anteriormente, tinha sido entregue à Direcção pelo associado n.º 20310, José Manuel Barrêto, uma sugestão de alteração dos termos da Proposta 2/2010, a qual foi aceite para substituir a proposta inicial. Esta alteração já havia sido comunicada à Mesa que a aceitou, pedindo então aos serviços a sua cópia e distribuição aos associados presentes, enquanto se passava uma apresentação multimédia sobre as instalações no terreno do Cartaxo e condições do possível negócio. Este passava por adquirir o novo Lar totalmente pronto avaliado em um milhão e novecentos mil euros ou em alternativa o terreno e as construções já iniciadas e licenciadas por um preço inferior, a estipular, ficando a seu cargo a conclusão do projecto com os acabamentos.

Após a apresentação foi aberto um período de inscrições tomando a palavra a sócia nº.7931, Maria Lígia Madeira, demonstrando algumas preocupações acerca da proposta apresentada poder atrasar outros projectos já previstos para a CRAF, como a construção da 5ª fase.

De seguida interveio o sócio José Trindade, o qual referiu a sua questão inicial sobre o Hotel Portugal para justificar que, na sua opinião, a verba de cerca dos 2 milhões de euros a receber pela sua venda deverá sustentar o avanço da creche e da 5ª fase, não devendo a Direcção dispersar para outros investimentos, em detrimento destes já definidos como prioritários.

Interveio depois o sócio Humberto Moreira, do Conselho Fiscal, que a título pessoal apoia entusiasticamente esta proposta, a qual na sua opinião poderá compensar, de alguma maneira, a falta de capacidade de resposta da Instituição aos muitos associados inscritos, que ao longo de vários anos ou décadas têm contribuído para o seu financiamento sem retirar qualquer benefício.

Tomou novamente a palavra o sócio Rafael Prata, questionando quanto à oportunidade do negócio e quanto às prioridades de aplicação das receitas provenientes de alienação de outros imóveis. Questionou também as capacidades de obtenção das licenças para o projecto, concordando apenas com a necessidade de alargamento das instalações para aumento da capacidade de intervenção e alojamento.

Antes de passar a palavra à Direcção, o Presidente da Mesa, Bruno Rôlo, entendeu manifestar a sua opinião pessoal, invocando os valores que inspiraram os fundadores de IC e o seu estatuto de âmbito nacional, informou a sua concordância teórica com o alargamento dos horizontes geográficos de intervenção da Instituição, que podem potenciar o reconhecimento do seu trabalho e o reforço de inscrições de novos associados. Assim, entende ser importante autorizar os estudos de viabilidade deste e de outros projectos semelhantes, ficando condicionada a sua concretização em contrato final a futura decisão da Assembleia.

O Presidente da Direcção respondeu de seguida às questões apresentadas, iniciando com a explicação dos procedimentos estatutários a que a Direcção está obrigada e referindo-se a casos de negócios pouco vantajosos, não registados em acta, decididos por anteriores Direcções. Esclareceu também que os últimos licenciamentos deste projecto na Câmara Municipal do Cartaxo datam de 28 de Outubro de 2009 e que o aspecto das instalações não indiciam abandono mas sim falta dos acabamentos. Quanto ao financiamento referiu que apesar de várias autorizações de venda já aprovadas, ainda não se efectuou nenhuma porque o mercado imobiliário não está favorável, no momento, mas as contas estão todas pagas e em dia, havendo no banco verbas destinadas à construção da creche, à implementação dos cuidados continuados e ao início da 5ª fase. Apelou ainda à confiança dos associados na Direcção para prosseguir os trabalhos previstos e explicou que os licenciamentos do projecto da CR Possidónio da Silva serão mais facilmente obtidos através de uma parceria, porque no município de Lisboa tem sido difícil aos particulares fazer aprovar licenças de construção, não sendo devido a incapacidade da Instituição.

De seguida, tomou a palavra o sócio José Manuel Barrêto que, tecendo considerações acerca da estratégia de gestão económico-financeira da Instituição, apelou à confiança na Direcção para a gestão corrente para a qual está mandatada, reservando as intervenções da Assembleia para as decisões mais viradas para as estratégias de investimento e de futuro. Justificou a sua sugestão à proposta, agora acolhida pela Direcção, como uma clarificação de alguns aspectos que podem melhorar a percepção dos compromissos a assumir.

O Presidente da Mesa explicou a compilação da proposta nº 2/2010 com as considerações apresentadas inicialmente na proposta, complementadas com os termos deliberativos sugeridos e aceites pela Direcção, pondo-a de seguida à votação. A proposta foi aprovada com 138 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções, em 153 presenças num total de 179 inscritos.

Após o encerramento da OT foi dada a palavra ao associado nº.22540, Alberto Gomes, que apresentou um pedido escrito à Mesa para se dirigir à Assembleia no sentido de se disponibilizar como dinamizador de jogos tradicionais, boccia e pétanca, actividades das quais é árbitro federado. Sugeriu a constituição de uma equipa de boccia sénior na Instituição, se houver interessados, e informou que este ano se irá realizar em Portugal, no Estádio Universitário de Lisboa, o Campeonato do Mundo de Boccia.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a presença dos associados e deu por terminada a reunião pelas dezassete horas e quarenta minutos.

O Presidente:

Bruno Filipe Esteves Medina Rolo (Dr.)

O 1º. Secretário:

Alfredo Diniz Abrantes (Sr.)

A 2ª. Secretária:

Regina da Conceição Martins (Dra.)